MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS
CÂMARA SETORIAL DE HORTALIÇAS

MEMÓRIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 05/07/2023

HORÁRIO: 09:00 às 12:00

LOCAL: Presencial (Sala de Reuniões, nº 007, andar térreo do Ed. Sede do MAPA – Brasília/DF) ou videoconferência (LINK: https://meet.google.com/ghq-ynic-tia?hs=122&authuser=0)

PAUTA

1. 09:00 – Abertura da reunião - Presidente CSCP Hortaliças - Rafael Jorge Corsino

a. Saudação do Presidente da Câmara.

b. Assuntos da Secretaria da Câmara – Calendário de reuniões.

71º RO 27/09/2023

72º RO 22/11/2023

2. 09:05 - Avisos da Secretaria da Câmara – Marcos Fernandes Martins.

3. 09:10 – Trabalho rural: perspectivas e desafios para as hortaliças na criação de uma agenda positiva junto ao Ministério Público do Trabalho.

09:10 – Representante do Ministério Público do Trabalho (participação a ser confirmada).

09:30 - Dra. Ana Paula Rezende - sócia fundadora do escritório Souza e Rezende Advogados.

09:50 – Diálogo com os representantes da cadeia produtiva das hortaliças.

4. 10:10 – Legislação alho semente – Dra. Izabela Carvalho coordenação geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

5. 10:30 – Classificação vegetal: o atual cenário do governo – representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

6. 11:00 – GT de Rastreabilidade.

7. 11:05 – Promotoria do Direito do Consumidor do Estado de São Paulo: atuação para a rastreabilidade – Dra. Ana Beatriz Frontini.

8. 11:25 – O papel da Abras no que tange a rastreabilidade – Márcio Milan (vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercado).

9.11:45 - Nivelamento dos Grupos Temáticos:

- GT (Fungicultura) - Renato Abdo/Aphortesp

- GT (Rastreabilidade, Classificação, Minor Crops, Registro de Produtos e Tratamento

de sementes) – Letícia Barony/CNA

10. 11:50 - Assuntos Gerais;

11. 11:55 - Leitura, aprovação da Memória de Encaminhamentos da Reunião;

12- 12:00 - Encerramento.

Rafael Jorge Corsino

Presidente da Câmara

OBSERVAÇÕES: LINK DA REUNIÃO: https://drive.google.com/file/d/1LFH6IzsUK5ruhMGTlcwwh9EELcBWiotC/view?usp=drive_link

RESUMO DA 69ª RO CSCP HOTALIÇAS:

O presidente Senhor Rafael Corsino fez a abertura saudando todos os participantes, passando a palavra para o Secretário Senhor Marcos Martins, que informo as datas das próximas reuniões: 70º RO 27/09/2023
71º RO 22/11/2023, em ato contínuo devolveu a palavra para o Presidente, que passou a palavra para a Dra. Ana Paula Rezende, sócia do escritório Souza Rezende Advogados.

A Dra. Ana Paula, falou que os produtores repudia o pagamento por produção, pois gera impactona saúde dos trabalhadores, sendo que o equlibrio é desigual. Disse que não abertura, para acompanhamento dos advogados, quando a fiscalização faz as entrevistas com os trabalhadores, e que as perguntas deitas já induzem as resposta como por exemplo - Você trabalha muito aqui?
As provas ão as notas fiscais, depoimentos dos produtores. Afirmou que tem que ser equlibrado. Ressaltou que os produtores tem feito capacitação, orientação, etc.

O Presidente, destacou que a apresentação foi muito rica, e a convidou para fazer palestras orientativas, chamando os procuradores do Ministério do Trabalho. Passou as perguntas.

O' Senhor Manoel José Gonçalves de Oliveira, CNA, alertou que essa realidade são de todos os setores, porém houve uma evolução. Ressaltou que a subjetividade agrava os resultados, e que a condição do safrista são três, exemplificando citando a safra da fruticultura, hortaliças, etc..A bordou a questão da reintegração por safra, lembrando da existência de uma ADPF, 433, contratual, com mais uma taxa, fazendo com que dobre o pagamento.
Adentrou na questão do menor aprendiz, pois ocorre um fluxio de contratados, entre 40 a 50 trabalhadores, chegando até 200, no período da safra. os safristas tem Três frentes que podem trazer mais segurança aos produtores.

A Dra. Ana Paula, pediu a palavra e destacou um primeiro ponto da safra, pois há dificuldades dos produtores convencerem os trabalhadores de serem contratados formalmente, em decorrência aos benefícios governamentais, que eles não querem perder. Porém no fim da safra/contrato, os trabalhadores retomam o recebimento daqueles benefícios, e que os produtores tem dificuldade, devido ao regimento. Há muitas limitações na contratação do menor aprendiz, e que será resolvido pelo legislativo. O menor aprendiz não pode fazer quase nada, e que no períod da safra ocorre um aumento do número da cota.

O Senhor Manoel Oliveira, exemplificou com a cultura cafeira de MG, devido a existência de um acordo, pois em alguns pontos há insegurança jurídica, então tem que ter ponderações. Informou que o advogado da CNA, vai disponibilizar materiais que ela fez.

A Dra. Ana Paula, falou que não estudou a fundo essa questão.

O Senhor Tiago de Dokonal Duarte, MAPA, informou que foi constatado agrotóxico em tomates, e que é imperativo mais investigação com os produtores, pois trata-se de uma questão de qualidade. falou que não é permitido para do tomate, sendo que serão cobrada a qualificação.

O Senhor Manoel Oliveira, ressaltou que há dificuldade de implantar

O Snenhor Tiago, disse que sim, pois a nova lei, e que foi feito com a cebola de Santa Catarina. O agrotóxico prejudica a classificação da cebola

O Presidente, perguntou se a Dra. Izabela Carvalho, MAPA, estava na reunião, porém foi informado pelo secretário, que a Dra. Karina havia ligado, dizendo ao apoio da câmara, que o Senhor Tiago, iria substituí-la. Perguntou ao Senhor Tiago, sendo que respondeu que não é o departamento da Dra. Izabela, e não sabia de nada. Devido a essa situação, disse que trata-se de uma desrespeito com a cadeia do alho, por falta de controle, pois há uma circular em andamento, relativo a multiplicação de fungos.

O Senhro Warley Marcos Nascimento, EMBRAPA, concordou com o Presidente, dizendo que muito gente deixou seus afazeres para fazer esse bate papo, sobre o alho semente.

A Senhiora Fabíola Bom Tempo, SENAR, informou que há ofertas de cursos de aprendizagem rural, e que o SENAR possui 27 administração regionais. O SENAR é responsável pela parte teórica, e que atende de acordo com a demanda, porém precisa cumorir as cotas das empresas, no entanto faz uma identificação se aquela colabora com o sistema, SENAR. Entra na escola, quem completou o ensino médio, sendo os cursos de 400 a 480 horas. Existe dificuldades como a ausência de espaço físico e que tem que haver no mínimo cinco interessados/alunos. Porém as aulas ocorrem no campo. Entretanto a legislação permite que 20% da carga horária técnica pode ser feita a distância, comunicação, matemática e informática. Por fim disse que os cursos são todos gratuitos.

A Dra. Ana Beatriz Frontini, Promotora do Direito do Consumidor do Estado de São Paulo, colocou a disposição para participar de reuniões no Estado de São Paulo.

A Dra. Ana Paula, perguntou da possibilidade de ampliação dos cursos, para mais Estados, e que poderia levar cursos para Minas Gerais.

A Senhora Fabíola, disse que sim, e que é um grupo de trabalho grande, negociando com os sindicatos, associados, etc.

A Senhora Juliana Geseira Monteiro, CS 2FLV/SP, disse que não consegue cumprir, mesmo com as parcerias com as prefeituras, escolas,, etc., para atender os jovens aprendiz. O curso técnico para capacitar, não possui estrutura en decorr~encia de existir muitas propriedades.

O Dr. Rodrigo, CNA, pediu desculpe pelo atraso, pois estava numa reunião do café, porém a questão da aprendizagem/menor aprendiz, é o cumprimento da cota pelo setor. A contagem leva em consideração toda a atividade, e mais, devido a natureza de todas as atividade, na faixa etária de 14 a 18 anos, não no período noturno, em situações insalubres e perigosos, etc. As propriedades com 6

aprendiz, precisa ser colocados na administração, e que tudo que foi construído anteriormente foi desfeito.

A senhora Juliana Geseira, falou que há várias interpretações para o cálculo de cotas, e que os menores aprendiz passam por todos os setores, exceto tratores e implantação.

O Dr. Rodrigo, disse que precisa analisar caso a cas, e que tem que tomar cuidado, tomando cuidados extras.

A Senhora Juliana Geseira, faslou que pode trabalhar nessa linha de pensamento.

O Dr. Rodrigo, entende que há necessidade de saber o que pensa o Auditor, acionando a Superintendência. O Auditor já chegou lá, propriedade, vai querer autuar, então tem que se aproximar do da fiscalização, para saber qual a interpretação de cada Auditor.

O Senhor Renato Augusto Abdo, APHORTESP, disse que a condição do setor é de escassez de mão de obra, e que o aprendiz não quer trabalhar no campo. Nesse sentido precisa analisar o cálculo da cota, para fazer alteração na lei. Altera no cálculo da cota, revendo o marco regulatório, inicisndo o quanto antes, pois está trazendo prejuízo para o setor.

O Dr. rodrigo, completou que são situações mais dificeis.

O Senhor Rodrigo sugeriu fazer proposta pela câmara, porque ninguém quer trabalhar no sol.

A Dra. Ana Paula, agradeceu o Dr. Rodrigo, destacando que primeiro tem que saber o que o menor aprendiz pode fazer; segundo, mudar a fórmula de cálculo da cota, conseguindo um mínimo, no tipo de contrato, semelhante ao safrista cobtratual, CBO 2020, que foi aceito.

O Dr. Rodrigo, disse que precisa revisar a CBO,, pois não existe CBO, de operador de drone, atualizando a lista CBO, porque está defasada. Alertou que tem propriedade com três mil safrista, obrigando a contratação de muitos aprendizes.

A Dra. Ana Paula, a lefislação não documenta, fazendo com que precise conversar com a fiscalização.

O Dr. Rodrigo, entende que deve acabar com os contratos com prazo indeterminado. O setor rural é diferente, sugerindo a contratação de 500 pessoas de uma só vez, pois a oscilação é grande.

O Presidente, prõpos a criação de um Grupo de Trabalho - GT, avançando nos trabalhos, desisignando a Senhora Tatiana Reis, para ser a coordenadora do GT.

O Senhor Warley, sugeriu houvir diferentes cadeias para usar como referência a fiscalização de tais cadeias.

O Senhor Manoel Oliveira, disse que a principal cadeia é as hortaliças.

A Dra. Ana Paula, referiu-se a lei 5898, que trata do trabalho rual, com a substituição do fundo de

garantia, pois muitas pessoas desconhecem, tem que buscar e lutar. Os produtores correm riscos e precisam sair dos mesmos., e a ADPF pode baratear.

O Dr. Rodrigo, disse que a atuação tem que ser no artigo 14, procurando interagir com o judiciário, com o legislativo

A Dra. Ana Beatriz, falou do papel do Ministério Público dentro da política de rastreabilidade, mantendo a funçaõ jurisdicional, com a aplicação do direito. Ela não concorda com a lei, mas tem que aplicar. A rastreabilidade é um desafio. O CDC, que trata do direito do consuidor, pois os produtos não podem atentar contra a saúde dos consumidores.. Entes da cadeia valorizar os produtores, porque se produtor fizer bem feito, toda a cadeia vai fazer o certo. Para entender como poderia atuar, fez acordos com a ABA, e disse que não tem respaldo com a direção do CEAGESP. Chamou comerciantes, fez mais de mil audiências, e que esse trabalho resultou mais de mil TACs. Para promover a rastreabilidade, argumentou que o MP, não possui fiscais, dependendo de outras entidades, e que na política do MP, não há punição, tem capacitação, art. 18, do CDC. Houve ativa fiscalização, na CEASA Campinas, Santo André, porém a CEAGESP não faz análise. Hoje existe rotulagem e não rastreabilidade, são quase 5 anos, e deveria ter uma vontade política, aliada aos grandes supermercados., poré não tem o elan, não estão dispostos.

O Senhor Manoel Oliveira, comentou da ativa e presente , com mais de mil audiências, idagando se haverá repassamento e quais?

A Dra, Ana Beatriz, reafirmou que não tem fiscal, e que o MAPA fará a fiscalização, e que está muito disposta, para participar com os comerciantes, pois é importante o contato físico.

O Senhor Márcio Milan, Vice presidente da ABA, apresentou o estágio que está, como evoluiram, e que compartilhará a apresentação. Destacou que 40% dos produtos são rastreado, e estão em 20 Estados.
Falou sobre a linha do tempo do programa RAMA,

A Senhora Leticia Assis Barony Valadares Fonseca, CNA, FALOU SOBRE O gt de rastreabilidade.

O Presidente, abriu para as perguntas, para o Senhor Márcio e para a Senhora Letícia.

O Senhor Warley Marcos, dise que foi um excelente resultado que o Senhor Márcio Milan, apresentou, e sugeriu utilizar qualquer uma das ferramentas com o consumidor, mostrando oque está faltando.

O Senhor Márcio Milan, falou que é grande desafio que tem hoje em dia, a rastreabilidade e origem dos produtos, ressaltando de uma grande campanha nacional. e que necessita melhorar a comunicação com consuidor.

O Senhor Manoel Oliveira, falou dos 40% dos produtos rastreados, indagando se são empresas ou volume?

O Senhor Márcio Milan, respondeu que é do volume comercializado é rastreado

O Presidente falou do GT de fungicultura que a regulamentação esta sendo analisado em caráter nacional, e que o debate do tema é quinzenal. Vai ser elaborado um texto base, se fará uma revisão em grupo. O GT atua em 18 Estados e que até agosto estará consolidado.

A Senhora Leticia, disse que trará uma empresa de rastreabilidades.

O Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:

- Criação do GT - Trabalho Rual - Coordenadora - TATIANA REIS.

As gravações dos áudios das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizados a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras ou sociedade civil.

As apresentações feitas na reunião, que forem disponibilizadas pelos palestrantes, serão publicadas no site das Câmaras: https://drive.google.com/open?id=1LFH6IzsUK5ruhMGTlcwwh9EELcBWiotC

APROVAM E ASSINAM ESTA MEMÓRIA

Nome	Assinatura
Presidente: Rafael Jorge Corsino	
Secretário: Marcos Feernandes Martins	